

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2017

DENOMINAÇÃO TERRAMAR – Associação de Solidariedade Social de Vila Chã

MORADA Rua Padre Ventura

N. 20 **ANDAR** r/c **LOCALIDADE** Vila Chã

FREGUESIA Vila Chã

CONCELHO Vila do Conde

COD. POSTAL 4485 - 750

EM ____ / ____ / ____



(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: _____, _____

_____, _____

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	107 362,99	109 606,60
Investimentos financeiros	11.15	133,71	71,88
		107 496,70	109 678,48
Activo corrente			
Inventários	6	37,39	0,00
Créditos a receber	11.2	1 047,08	1 169,11
Estado e outros entes públicos	11.8	653,28	908,90
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.1	2 662,50	3 217,50
Diferimentos	11.3	207,17	209,30
Outros ativos correntes	11.4	3 847,16	1 000,00
Caixa e depósitos bancários	11.5	19 971,79	15 160,32
		28 426,37	21 665,13
Total do ativo		135 923,07	131 343,61
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.6	2 334,40	2 334,40
Resultados transitados	11.6	84 307,17	68 365,32
		86 641,57	70 699,72
Resultado líquido do período		11 813,64	15 941,85
Total dos fundos patrimoniais		98 455,21	86 641,57
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5	30 301,14	37 594,47
		30 301,14	37 594,47
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	755,03	1 027,62
Estado e outros entes públicos	11.8	806,68	810,85
Diferimentos	11.3	135,00	45,00
Outros passivos correntes	11.9	5 470,01	5 224,10
		7 166,72	7 107,57
Total do passivo		37 467,86	44 702,04
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		135 923,07	131 343,61

A Direcção

O responsável

TERRAMAR - ASSOC. SOLID. SOCIAL VILA CHA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte 507381319

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	7	40 260,17	43 438,37
Subsídios, doações e legados à exploração	11.10	34 972,30	32 378,02
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-6 307,07	-4 594,62
Fornecimentos e serviços externos	11.11	-19 170,14	-19 928,15
Gastos com o pessoal	9	-39 577,61	-36 962,06
Outros rendimentos	11.12	4 408,16	4 937,22
Outros gastos	11.13	-82,76	-119,03
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		14 503,05	19 149,75
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-2 243,61	-2 658,22
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12 259,44	16 491,53
Juros e gastos similares suportados	11.14	-445,80	-549,68
Resultados antes de impostos		11 813,64	15 941,85
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		11 813,64	15 941,85

A Direção

O responsável

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Centro de Dia	PERÍODOS	
			2017	2016
Vendas e serviços prestados	7	40 260,17	40 260,17	43 438,37
Custo das vendas e dos serviços prestados	6, 11.11 e 9	-54 811,51	-54 811,51	-51 598,68
Resultado Bruto		-14 551,34	-14 551,34	-8 160,31
ISS, IP - Centro Distrital	11.10 e 8	14 613,72	14 613,72	14 312,76
Outros Rendimentos	11.12 e 7	24 766,74	24 766,74	23 002,48
Gastos administrativos	11.11	-12 486,92	-12 486,92	-12 544,37
Outros Gastos	4, 11.13	-82,76	-82,76	-119,03
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12 259,44	12 259,44	16 491,53
Gastos de financiamento (líquidos)	11.14	-445,80	-445,80	-549,68
Resultado antes de impostos		11 813,64	11 813,64	15 941,85
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		11 813,64	11 813,64	15 941,85

A Direção

O responsável

TERRAMAR - ASSOC. SOLID. SOCIAL VILA CHA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		41 027,20	42 779,94
Pagamentos a fornecedores		-21 270,60	-25 318,85
Pagamentos ao pessoal		-30 220,06	-26 085,28
Caixa gerada pelas operações		-10 463,46	-8 624,19
Outros recebimentos/pagamentos		19 314,57	21 637,42
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		8 851,11	13 013,23
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		68,16	47,32
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		68,16	47,32
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		3 740,07	5 626,17
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-7 293,33	-7 877,70
Juros e gastos similares		-554,54	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-4 107,80	-2 251,53
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		4 811,47	10 809,02
Caixa e seus equivalentes no início do período		15 160,32	4 351,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período		19 971,79	15 160,32

A Direcção

O Responsável

**TERRAMAR – ASSOCIAÇÃO DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL DE
VILA CHÃ**

Anexo às demonstrações financeiras de 2017

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Ativos Fixos Tangíveis	9
5	Custos de Empréstimos Obtidos	9
6	Inventários	10
7	Rédito	10
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	10
9	Benefícios dos empregados	11
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	11
11	Outras Informações	12
11.1	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	12
11.2	Créditos a receber	12
11.3	Diferimentos	12
11.4	Outros ativos correntes	12
11.5	Caixa e Depósitos Bancários	13
11.6	Fundos Patrimoniais	13
11.7	Fornecedores	13
11.8	Estado e Outros Entes Públicos	13
11.9	Outros passivos correntes	14
11.10	Subsídios, doações e legados à exploração	14
11.11	Fornecimentos e serviços externos	14
11.12	Outros rendimentos	15
11.13	Outros gastos	15
11.14	Resultados Financeiros	15
11.15	Investimentos Financeiros	15
11.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	16
11.17	Acontecimentos após data de Balanço	16

1 Identificação da Entidade

A TERRAMAR – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE VILA CHA é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 149, Série III, com sede na Rua Padre Ventura Teixeira, 20 r/c, 4485 – 750 Vila Chã, Vila do Conde. Tem como objetivos contribuir para o bem-estar da comunidade, desenvolvendo estruturas e atividades de proteção à infância e à juventude, à família, à comunidade e população ativa, aos idosos e deficientes, tendo como âmbito de ação a freguesia de Vila Chã e freguesias vizinhas do concelho de Vila do Conde.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento Administrativo	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Investimentos Financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.3 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Os “Financiamentos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.7 Imposto Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Terrenos e Recursos Naturais	18 750,00				18 750,00
Edifícios e Outras Construções	112 180,48				112 180,48
Equipamento Básico	5 898,55				5 898,55
Equipamento de Transporte	18 012,00				18 012,00
Equipamento Administrativo	980,00				980,00
Activo Tangível Bruto	155 821,03	0,00	0,00	0,00	155 821,03
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	21 323,88	2 243,61			23 567,49
Equipamento Básico	5 898,55				5 898,55
Equipamento de Transporte	18 012,00				18 012,00
Equipamento Administrativo	980,00				980,00
Depreciações Acumuladas	46 214,43	2 243,61	0,00	0,00	48 458,04
Activo Tangível Líquido	109 606,60	-2 243,61	0,00	0,00	107 362,99

5 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	30 301,14	30 301,14	0,00	37 594,47	37 594,47
Total	0,00	30 301,14	30 301,14	0,00	37 594,47	37 594,47

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

RÚBRICAS	31-12-2017	31-12-2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	37,39	0,00
Total	37,39	0,00

A instituição não apresenta inventário ou este é reduzido, uma vez que as refeições são fornecidas por uma empresa de catering registadas na conta 621-Subcontratos.

Inventários gastos do período:

MOVIMENTOS	2017	2016
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	0,00	80,27
Compras	741,27	75,26
Doações	5 603,19	4 439,09
Saldo Final	37,39	0,00
Gastos do Período	6 307,07	4 594,62

7 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RÚBRICAS	31-12-2017	31-12-2016
Prestação de Serviços	40 260,17	43 438,37
Quotas do Utilizadores	29 827,67	31 693,37
Quotas e Jóias	10 432,50	11 745,00
Juros	68,16	47,32
Outras Aplicações	68,16	47,32
Total	40 328,33	43 485,69

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

DESCRIÇÃO	2017			2016			
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			14 613,72			14 312,76
Junta Frequesia Vila Chã	Não Reembolsável			1 000,00			1 000,00
Camara Municipal de Vila do Conde	Não Reembolsável			7 500,00			7 000,00
IEFP	Não Reembolsável			2 515,32			0,00
Total		0,00	0,00	25 629,04	0,00	0,00	22 312,76

9 Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais são compostos por 16 elementos, a Direção é constituída por 8 elementos, o Conselho Fiscal por 5 e a Assembleia-Geral por 3. Este número manteve-se inalterado quer em 2017 quer em 2016.

O número pessoas ao serviço da Entidade quer em 2017 quer em 2016 foi de 3.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Remunerações ao pessoal	32 264,62	30 302,08
Encargos sobre as Remunerações	6 765,12	6 201,68
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	490,00	458,30
Outros Gastos com o Pessoal	57,87	0,00
Total	39 577,61	36 962,06

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Quotas	2 662,50	3 217,50
Total	2 662,50	3 217,50

11.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Créditos a receber" apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Cientes e Utentes c/c		
Utentes	1 047,08	1 169,11
Total	1047,08	1169,11

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros	207,17	209,30
Total	207,17	209,30
Rendimentos a Reconhecer		
Quotas	135,00	45,00
Total	135,00	45,00

11.4 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Outros Instrumentos Financeiros		
Crédito Agrícola	1 000,00	1 000,00
Pessoal		
Remunerações a pagar	2 847,16	0,00
Total	3 847,16	1 000,00

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	5 684,19	1 746,09
Depósitos à Ordem	14 287,60	13 414,23
Total	19 971,79	15 160,32

11.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2 334,40			2 334,40
Resultados Transitados	68 365,32	15 941,85		84 307,17
Total	70 699,72	15 941,85	0,00	86 641,57

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	755,03	1 027,62
Total	755,03	1 027,62

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Iva - A recuperar	653,28	908,90
Total	653,28	908,90
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	104,50	104,00
Segurança Social	690,01	701,55
Fundos compensação (FCT e FGCT)	12,17	5,30
Total	806,68	810,85

11.9 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Credores por Acréscimo de Gastos		
Remunerações a Liquidar	5 295,42	5 099,43
Outras Despesas Diferidas	174,59	124,67
Total	5 470,01	5 224,10

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	25 629,04	22 312,76
Doações e heranças	9 343,26	10 065,26
Total	34 972,30	32 378,02

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

A rubrica "doações e heranças" engloba o valor dos géneros alimentares doados pelo Banco Alimentar.

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos - Gertal	8 926,83	10 042,00
Serviços especializados	2 169,60	1 852,99
Materiais	667,81	474,82
Energia e fluidos	3 541,94	3 462,93
Serviços diversos	3 735,29	4 092,79
Encargos com os Utentes	128,67	2,62
Total	19 170,14	19 928,15

11.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	4 340,00	4 889,90
Juros	68,16	47,32
Total	4 408,16	4 937,22

11.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	0,00	39,03
Outros Gastos e Perdas	82,76	80,00
Total	82,76	119,03

11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Gastos de financiamento		
Juros Suportados	445,80	549,68
Total	445,80	549,68
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	68,16	47,32
Total	68,16	47,32
Resultados Financeiros	-377,64	-502,36

11.15 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Outros investimentos Financeiros		
FCT	133,71	71,88
Total	133,71	71,88

11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2017, foi o seguinte:

- Centro de dia: 14

11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vila Chã, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



A Direção
